

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 2ª Turma Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 0501195-37.2017.8.05.0103 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 2ª Turma APELANTE: Thiago da Silva Rios e outros (2) Advogado (s): BRUNO HALLA DANEU APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): ACORDÃO APELAÇÕES DEFENSIVAS. DIREITO PENAL, PROCESSUAL PENAL, E LEI Nº 11.343/2006. APELANTES CONDENADOS NAS PENAS DO ARTIGO 33, CAPUT, DA SUPRACITADA LEI. CONCESSÃO DO DIREITO DESTES RECORREREM EM LIBERDADE. RAZÕES RECURSAIS: PRELIMINAR DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. PLEITOS ABSOLUTÓRIOS. REFORMA DA DOSIMETRIA. MUDANÇA DO REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA PENA DE MULTA. CONCESSÃO DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA. PREJUDICADOS. NULIDADE DO FEITO. INEXISTÊNCIA DE AVERIGUAÇÕES ANTECEDENDO A ENTRADA DOS POLICIAIS MILITARES À RESIDÊNCIA DE UM DOS APELANTES. FUGA DOS APELANTES QUE, ISOLADAMENTE, NÃO CONFIGURA JUSTA CAUSA PRÉVIA PARA INGRESSO EM DOMICÍLIO. PRECEDENTES DO STJ. VIOLAÇÃO DO DOMICÍLIO CARACTERIZADA. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 157, § 1º DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. NECESSÁRIA ANULAÇÃO, DE OFÍCIO, DE TODO O CONJUNTO PROBATÓRIO, COM A CONSEQUENTE ABSOLVIÇÃO DOS APELANTES, NA FORMA DO ARTIGO 386, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PREQUESTIONAMENTO. DESNECESSIDADE DE MENCIONAR EXPRESSAMENTE CADA DISPOSITIVO. REQUISITO DO PREQUESTIONAMENTO QUE SE SATISFAZ, NESTE JULGAMENTO, COM A EXISTÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO SOBRE AS MATÉRIAS QUE SE PRETENDE SUBMETTER AO CRIVO DA INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA. PRECEDENTES. APELAÇÕES CONHECIDAS E JULGADAS PREJUDICADAS, DECLARANDO-SE, DE OFÍCIO, A NULIDADE DO FEITO, EM VIRTUDE DE AS PRISÕES FLAGRANCIAIS DOS APELANTES TEREM SIDO REALIZADAS MEDIANTE VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO, GERANDO A NULIDADE DE TODA A PROVA COLHIDA. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelações Criminais de nº. 0501195-37.2017.8.05.0103, oriundos da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ilhéus, tendo como Apelantes Thiago da Silva Rios e Herbert Pereira da Silva, e como Apelado, o Ministério Público Estadual. ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Turma Julgadora da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia em CONHECER e JULGAR PREJUDICADOS os presentes recursos de apelação, para absolver, de ofício, os Apelantes Thiago da Silva Rios e Herbert Pereira da Silva, nos termos do artigo 386, inciso II, do Código de Processo Penal, em virtude de as suas prisões flagranciais terem sido realizadas mediante violação de domicílio, o que acarreta a nulidade das provas colhidas, de acordo com o voto do Relator. Sala das Sessões, (data registrada no sistema no momento da prática do ato). Des. JOÃO BÔSCO DE OLIVEIRA SEIXAS Segunda Câmara Criminal – Segunda Turma RELATOR 11 PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Prejudicado Por Unanimidade Salvador, 19 de Setembro de 2022. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 2ª Turma Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 0501195-37.2017.8.05.0103 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 2ª Turma APELANTE: Thiago da Silva Rios e outros (2) Advogado (s): BRUNO HALLA DANEU APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): RELATÓRIO Cuida-se de Apelação interposta por Thiago da Silva Rios e Herbert Pereira da Silva, contra a r. sentença proferida pela M.M. Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ilhéus (ID 168778474, autos originários, os quais tramitam no Sistema PJE – Primeiro Grau). Narrou o ilustre Representante do Parquet em sua preambular acusatória (ID 168777999) que, no dia 13/03/2017, por volta das 07:10 horas, no Alto do Mambape, Bairro Nelson Costa, naquela cidade e Comarca de Ilhéus, os acusados Herbert Pereira da Silva e Thiago da Silva Rios foram flagrados, trazendo consigo, sem autorização e em desacordo com

determinação legal ou regulamentar, para fins de comercialização, 31 (trinta e uma) “buchas” da droga popularmente conhecida por “maconha”, pesando 46,05 g (quarenta e seis gramas e cinco centigramas), 01 (uma) pedra da droga vulgarmente denominada “crack”, derivada da cocaína, pesando 44,13 g (quarenta e quatro gramas e treze centigramas), 10 (dez) pedrinhas do mesmo entorpecente, pesando 1,55 g (um grama e cinquenta e cinco centigramas), além de 04 (quatro) “petecas” contendo cocaína, pesando 1,34 g (um grama e trinta e quatro centigramas). Consta, ainda, da referida peça, que o acusado Thiago utilizava o imóvel supracitado para a prática do tráfico de drogas, tendo sido naquela data, flagrado por policiais militares que realizavam rondas nas proximidades, após ter, juntamente com Herbert, empreendido fuga para o interior do sobrado, ao avistar a guarnição policial, adentrando-o. Perseguidos pelos agentes públicos, estes lograram êxito em flagrá-los dentro da residência, sendo que o sentenciado Herbert estava no banheiro, de posse de uma sacola plástica contendo as drogas acima mencionadas, enquanto Thiago foi detido no quarto, onde reagiu à prisão, sendo necessário o uso da força para contê-lo. Apurou-se, ainda, que o imóvel, no qual havia apenas um colchão e uma geladeira, havia sido locado por Thiago para o comércio de drogas. Diante do exposto, foram os acusados Herbert Pereira da Silva e Thiago da Silva Rios, denunciados, respectivamente, como incursos nas penas dos artigos 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, e, 33, § 1º, inciso III, do mesmo diploma legal. A denúncia foi recebida em 12/06/2017 (ID 168778371). Ultimada a instrução criminal, o pedido constante da denúncia foi julgado procedente, para condenar os Apelantes como incurso nas sanções do artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, às penas de 06 (seis) anos de reclusão, a serem cumpridas em regime semiaberto, bem como pagamento de 600 (seiscentos) dias-multa, no valor unitário arbitrado no mínimo legal (ID 168778474, autos originários). Foi concedido aos Apelantes o direito destes recorrerem em liberdade. Irresignados, os Apelantes interpuseram o presente Recurso de Apelação, requerendo a reforma da sentença para: – Herbert Pereira da Silva (ID's 168778488 e 168778510): no mérito, absolvê-lo com fundamento no artigo 386, incisos V e VII, do Código de Processo Penal. Subsidiariamente, a fixação da sua pena-base no mínimo legal; a isenção ou redução da pena de multa, e concessão dos benefícios da gratuidade judiciária, em face da sua hipossuficiência financeira. Prequestionou, com vistas à eventual interposição de recurso especial e/ou extraordinário, a contrariedade aos seguintes artigos: 33, caput, da Lei nº 11.343/2006; 386, incisos V e VII, do Código de Processo Penal; e, 5º, incisos LXXIV, LIV, LV e LVII, da Constituição Federal. – Thiago da Silva Rios (ID's 168778476 e 168778513): preliminarmente, a nulidade processual em virtude da inépcia da denúncia. No mérito, a sua absolvição com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, privilegiando-se o princípio do in dubio pro reo. Subsidiariamente, a fixação de sua pena-base no mínimo legal; a aplicação do redutor previsto no artigo 33, § 4º, da Lei nº 11343/2006; regime inicial aberto para o cumprimento da reprimenda imposta; substituição da pena privativa de liberdade imposta, por pena restritiva de direitos. Ao apresentar as suas contrarrazões, o Ministério Público pugnou pelo conhecimento e improvimento dos recursos de apelação interpostos, mantendo-se integralmente os termos da sentença vergastada (ID 168778521). Distribuídos mediante livre sorteio (ID 24543576), após cumprimento das diligências determinadas (ID 24543577), os autos foram encaminhados à douta Procuradoria de Justiça, que se manifestou pelo conhecimento e improvimento do recurso, mantendo-se a

decisão de primeiro grau em sua totalidade (ID 24543581). Verificando que a mídia acostada aos autos se encontrava incompleta, converteu-se o julgamento do feito em diligência (ID 24543583, 24543589, 24543591 e 26508100). Posteriormente, sobreveio a determinação superior de remessa dos autos para digitalização e migração para o Sistema PJE. Após a adoção das providências devidas, por parte do setor competente, os autos retornaram conclusos para este relator, já neste novel sistema, oportunidade em que, examinados, elaborei o presente relatório, e o submeto à apreciação do eminente Desembargador Revisor, para os devidos fins. É o Relatório. Salvador, (data registrada no sistema no momento da prática do ato). Des. JOÃO BOSCO DE OLIVEIRA SEIXAS Segunda Câmara Criminal – Segunda Turma Relator 11 PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 2ª Turma Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 0501195-37.2017.8.05.0103 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 2ª Turma APELANTE: Thiago da Silva Rios e outros (2) Advogado (s): BRUNO HALLA DANEU APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): VOTO “Presentes os requisitos de admissibilidade, conhece-se do recurso interposto. Nas razões recursais defensivas, não há insurgência acerca de possível ilicitude na atuação dos policiais militares responsáveis pelas prisões flagranciais dos Apelantes. Contudo, é possível inferir, do teor dos depoimentos colhidos no in folio, que a entrada destes, no imóvel no qual os referidos Apelantes se encontravam, não foi precedida de justa causa. Inicialmente, deve ser registrado que, segundo o teor do Auto de Exibição e Apreensão (ID 168778000 – Fls. 6), teria sido apreendido no imóvel supracitado, 31 (trinta e uma) buchas de maconha, 01 (uma) pedra de crack, 10 (dez) pedrinhas de crack, e 04 (quatro) petecas de cocaína, dentre outros objetos. Feito tal esclarecimento e, visando uma melhor compreensão dos fatos que ensejaram as prisões flagranciais dos Apelantes e, por conseguinte, a apreensão dos supramencionados entorpecentes, mostra-se imprescindível analisar o conteúdo dos depoimentos prestados pelos policiais militares em Juízo. Veja-se: Ricardo Santos Ribeiro: “(...) que o depoente reconhece os réus presentes à audiência; que se recorda da diligência; que como disse anteriormente, não se recorda de tudo, dos detalhes, da situação, mas que estavam fazendo ronda; que o depoente se recorda de ter adentrado nesse imóvel em 13 de março de 2017, no Alto do Mambapo, e ter apreendido alguns papelotes de maconha, uma certa quantidade de crack; (...) que o depoente se recorda que por estar molhado, que não lembra se foi o depoente ou se foi o colega que encontrou, porque não se recorda do seu depoimento; mas que foi encontrado na privada a droga; que se não se engana estava em um invólucro plástico, em uma sacola, alguma coisa assim; que não se recorda qual dos réus ao avistar a polícia, foi para o banheiro do imóvel; que não conhecia os réus; (...) que se o depoente não se engana, existe na polícia federal que em flagrante delito ou em diligência continuada, ou tentativa de fuga, adentrando o imóvel a polícia militar, ela tem direito e obrigação de verificar, não pelo imóvel, mas pelo cidadão em flagrante delito; que, ao avistar a viatura, os acusados se incomodaram, não sabe com o que, e adentraram a residência; que não se recorda com quem estava a sacola, como ele disse, ou o invólucro de plástico, (...) mas que eles empreenderam fuga e que a obrigatoriedade deles é verificar a situação; (...) que não sabe dizer quem é Thiago e quem é Herbert; (...) que então não se recorda quem dos colegas os alcançou dentro do imóvel; após a verificação, em um certo momento, o depoente chegou a entrar; que provavelmente foi o último a adentrar no imóvel; que não se recorda se a droga já tinha sido

encontrada; que se lembra que a diligência foi pela manhã, acha que logo no começo do serviço, mas não sabe precisar o exato momento; (...) que parece que o imóvel era locado; que não se recorda quem morava no imóvel; que um certo momento, populares chegaram à porta do imóvel; que não se recorda a quantidade; (...) que esse invólucro foi o que foi apresentado na Delegacia; que todo o material que foi encontrado foi apresentado na Delegacia; (...) que o depoente era o Patrulheiro; que não se recorda quem mais fazia parte de sua guarnição; que se não se engana foi só a sua guarnição; que se recorda de uma pessoa estar de posse de um invólucro; que como ele disse antes, não sabe qual foi a pessoa que estava com o invólucro; que pode ser que ele não tenha visto com nitidez, que o colega lhe informou e foram verificar a situação; (...) que uma Pefem prestou depoimento anteriormente na data que tinha sido marcada a audiência; (...) que não se recorda no momento se além dos acusados, existiam outras pessoas no momento; que nunca os viu antes, até aquela diligência e como foi informado, a situação foi dessa forma; que, ao avistarem a uma certa distância a viatura, os acusados empreenderam fuga para o interior de uma residência; (...) que não chegou a abordar nenhum usuário; que posteriormente não soube nada a respeito dos acusados; que os acusados com certeza reagiram à prisão; que não se recorda se chegou a ter alguma luta corporal com o acusado, mas a resistência sempre há, ou verbal ou física; (...) que acredita que houve o uso da força, mas que ele não chegou a usar a força; que pelo menos, com o depoente, não houve uso de força; (...) que não se recorda quantos quartos tinha na residência; que não se recorda se era um imóvel habitado até pelo tempo da diligência, não se recorda de detalhes; que não se recorda se foi encontrado documentos que diziam que o imóvel pertenciam aos acusados; (...) que não tem lembrança se os entorpecentes encontrados estavam fracionados ou se foram encontrados em estado bruto; (...) que não conhecia a casa; que não foi informado anteriormente por nenhum componente da guarnição de que ali seria um ponto de tráfico de drogas; que não se recorda se ao adentrar na casa, a busca pessoal dos réus já tinha sido feita ou se foi depois; (...)” (Depoimento prestado em Juízo – Link ID 29205026) Grifos do Relator Brenda Santos Rodrigues: “(...) que a depoente reconhece os réus como as pessoas que foram presas no dia da diligência por tráfico de drogas; que eles estavam fazendo ronda de costume, que já tinha informações de que nessa casa estava ocorrendo tráfico; que durante essas rondas, eles avistaram os dois acusados na frente da casa; que quando viram a viatura, correram para dentro da casa e que aí a guarnição foi atrás; que ela ficou na externa e lá dentro acharam a droga; que os réus estavam na frente da casa e entraram assim que viram a viatura; que não se recorda o tipo de drogas que foi apreendido no interior do imóvel; que tinham cinco policiais envolvidos na operação; que a depoente viu os seus colegas entrarem no imóvel e apreenderem as drogas descritas; que não se recorda se além dos réus, tinha mais alguém no imóvel; que não sabe dizer a quem pertencia o imóvel; (...) que a diligência foi pela manhã, bem cedo, sete e pouco; que os policiais que adentraram à residência, foram Ricardo, Edilson, todos os outros, que a depoente ficou na externa; que o soldado Ricardo, encontrou os dois acusados, tentando dispensar a droga, no vaso sanitário; que não se recorda quem tentava dispensar a droga no vaso sanitário; que isso foi passado pelo policial Ricardo; que não se recorda do tipo da droga que os acusados tentaram dispensar; que não se recorda se na busca pessoal dos acusados, algum dos policiais informou que encontrou algo ilícito com eles; que não se recorda se a depoente ou algum dos componentes da

guarnição chegou a visualizar o acusado Thiago passando, entregando, alguma substância entorpecente para qualquer usuário, naquela localidade, naquele momento, mas que quando encontraram ele em frente à casa, ele estava com a sacola de droga, e que aí quando viu a viatura, entrou para a casa; que foi dispersar; que deu para saber que a sacola era de droga, porque era a mesma sacola que estava lá no banheiro; (...) que não pode afirmar se tinham outras sacolas na casa; que não se recorda se chegou a abordá-la ou a seus colegas, algum usuário de droga dizendo que tinha adquirido drogas com um dos acusados, mas que tinha informações de que naquela casa estava tendo tráfico; (...) que a depoente não entrou na casa; que seus colegas não lhe passaram se o imóvel tinha móveis; que não conversou sobre isso; (...) que sabia que ele era envolvido com o tráfico de drogas; que não sabe dizer se desses colegas seus da guarnição, algum já o tenha prendido; (...) que não conhecia Herbert; que colegas que participaram da diligência disseram que Herbert era envolvido com o tráfico de drogas; (...) que depois a depoente viu a droga, que só não se recorda que tipo era; que os acusados não foram agredidos; que lembre, não tinha mais ninguém além deles; (...) que chegou a ver Herbert; que se ele se justificou, dizendo que a droga não era dele ou esboçou alguma reação, foi dentro da casa; (...)" (Depoimento prestado em Juízo – Link ID 29205026) Grifos do Relator Edilson Oliveira de Matos Júnior (PM): "(...) que lembrou do ocorrido; (...) que participou da operação que redundou na prisão em flagrante de Herbert e de Thiago; Thiago Salame e Herbert, vulgo Nego; (...) que estavam em ronda, na área de Nossa Senhora da Vitória, que foi quando chegou a denúncia; em Ilhéus; que os acusados tinham locado a casa, a casa era primeiro andar; denúncia através da Central; que denunciaram anonimamente para a Central e chega até os policiais; que se deslocaram; que como o local não entra viatura, deixaram a viatura na principal e incursionaram; que foi quando estavam embaixo, no térreo, os acusados os avistaram e subiram correndo; um adentrou o banheiro e o outro foi para o quarto; que o setor de investigação deles já estava monitorando os elementos porque eles não eram da área deles ali; que os acusados eram da quadilha Raio A, da Facção Raio A e eram da Princesa Isabel, se ele não se engana, que não sabe se do Alto da Jamaica em Ilhéus; que saíram corrido de lá por causa da guerra de facções; que já existia uma investigação anterior; só que não sabiam onde era exatamente a casa; que a informação da Central foi no sentido de que tinha uns indivíduos traficando; (...) que era um gordo, e um negro e magro; que foram passadas essas características; que os acusados correram; que empreenderam fuga e os policiais foram atrás deles, no encalço; que o depoente pegou o Salame, quando ele entrou no quarto; que o Herbert quem pegou no banheiro foi um colega, Ricardo; que quem estava portando droga foi o que pegaram no banheiro; que se o depoente não se engana ele estava tentando jogar a droga no vaso sanitário; que não lembra que droga se tratava; que era uma sacola; que além de droga, não foi encontrado dinheiro; que não tinha dinheiro; (...) que a pessoa que o depoente prendeu não estava com drogas, que era o Salame; (...) que a casa era por andar; que foi com Herbert que foi encontrada a droga; que se o depoente não se engana Herbert, vulgo Nego; que os acusados falaram que a droga era deles porque não tinha como, Herbert estava com a sacola na mão, que inclusive tinha saído há pouco tempo do presídio por um assalto que se o depoente não se engana na região da ABB, de Ilhéus; Thiago Salame também; que os acusados já são vezeiros na prática; homicida, o Herbert; (...) que o imóvel não era nem do Thiago e nem do Herbert; que o dono do imóvel chegou logo após; que estava locado;

que só tinha uma geladeira e um colchão; pro Thiago Salame; que o dono do imóvel falou que não sabia, que ele tinha pouco tempo ali; que depois os policiais descobriram que esse Thiago Salame, que tinha uma filha com a moça do Mambape, que morava próximo; tanto que ela falou lá que dava comida para ele; que a casa era realmente utilizada para tráfico; (...)” (Declarações prestadas em Juízo – Link ID 29205026) Grifos do Relator É possível observar dos excertos supratranscritos que os agentes públicos, com exceção da Policial Militar Brenda Santos Rodrigues, a qual não foi ouvida na Delegacia, ratificaram as declarações prestadas na fase inquisitorial, informando que estavam em ronda na localidade do Alto do Mambape, quando os Apelantes, os quais estavam na porta de um sobrado, ao avistarem a guarnição, correram, adentrando o referido imóvel, sendo perseguidos, momento em que foi apreendida, acondicionado dentro de uma sacola plástica, determinada quantidade de entorpecentes (ID 168778000 – Fls. 04/05). Lado outro, os Apelantes, ao serem interrogados na fase judicial, assim se pronunciaram: Herbert Pereira da Silva; “(...) que a droga foi forjada; que quando a polícia chegou o interrogado estava dentro da casa deitado; que a casa era de Thiago; que namora com a prima de Thiago e faz bico junto com ele; que foi no momento em que esses policiais já chegaram lá, arrombando a porta; (...) que eles tinham saído à noite, que quando voltaram já era tarde, que o interrogado pegou e já dormiu lá mesmo, para no outro dia de manhã, eles já saírem juntos; que na hora da diligência era umas sete horas; que o interrogado estava dentro de casa e só viu os “baques”; que estava deitado no quarto com a prima de Thiago; que na hora em que Thiago foi olhar, foi quando os policiais chegaram e já deitaram ele; (...) que eles já espancando Thiago, já mandaram ele deitar, começaram a lhe espancar; que os policiais dizendo que tinham uma denúncia, dizendo que tinha um tal de “Paiá”; um acusado “Paiá” de lá de Nossa Senhora da Vitória, que tinha dado tiros na guarnição deles um dia antes; que tinha baleado um dos colegas dele; que a droga em momento nenhum estava com eles; que dentro da casa não viram drogas nenhuma; que os conduziram até o Alto da Bela Vista, entraram dentro de uma casa e saíram com um pacote de drogas dizendo que era deles; que aí lhes levaram para o Módulo Caíque, na Urbes; que foi na hora em que encontraram a Pefem lá; que Ricardo, o policial que foi ouvido ali, entrou na casa; que a Pefem não estava lá, que ela estava no Módulo; (...) que ele acha que eles inventaram essa história, porque eles espancaram eles demais; que a população estava em cima e que pegaram e conduziram eles até o Alto da Bela Vista; que o interrogado não sabe de quem era aquela casa que eles chegaram, principalmente esse que estava aqui dando o testemunho; que desceu da viatura e entrou dentro de uma casa lá, que desceu só um da viatura, entrou dentro de uma casa e já voltou com esse pacote de droga dizendo que era deles; eles espancados dentro da viatura; que eram quatro policiais; que eles invadiram a casa, querendo que eles dessem conta desse rapaz, como ele lhe explicou, esse tal de “Paiá”, que tinha dado tiro em um deles; (...) que ele já estava dentro da casa, que momento nenhum ele estava na rua; que chegaram espancaram eles querendo que dessem conta desse rapaz eles dizendo que não sabiam; que tinha um que estava com a marca da bala na mão; que um deles da guarnição; (...) que pegaram Thiago levaram para dentro de um quarto, deram um disparo e disseram que tinham matado Thiago e vieram para lhe pegar; que o interrogado dizendo que era “de menor”; (...) que gritando socorro pela população; que eles vieram com a pistola em sua cabeça, para lhe disparar, lhe matar; que o interrogado pegou, agarrou um deles, conseguiu ir para a varanda e foi aí que gritou

socorro e aí encheu de população; que eles pegaram e pararam de bater neles e aí a população já estava querendo entrar dentro do imóvel que ele estava gritando sendo espancado; que eles pegaram eles e levaram para cima, para o Alto da Bela Vista, perto do Mandape; (...) que a casa do Alto da Bela Vista deve ser alguma casa deles mesmos que estavam nessa guarnição; porque ele entrou normalmente como se fosse deles; inclusive esse policial dali mesmo, que estava dando esse testemunho, foi ele quem entrou na casa; (...) é lá no Alto da Bela Vista; parou a viatura em uma rua, e em uma rua em frente a rua, ele pegou e subiu o sobrado e já desceu com um pacotezinho de drogas dizendo que era deles, acusados; (...) que o interrogado acha que as drogas apareceram para justificar as agressões, por causa da população, também, que estava em cima; que a população já estava revoltada pelos gritos que eles estavam fazendo, pedindo socorro, do disparo que já tinha acontecido; que forjaram essa droga para não ter motivo de nenhum deles quererem dar uma queixa dos policiais; (...) que não foi feito exame de corpo de delito no interrogado; que ele não mostrou, que o juiz da Audiência de Custódia não filmou as suas lesões; (...) que ele mostrou as lesões para o Juiz; (...) que Thiago ainda estava com um esparadrapo na teste; (...)” (Interrogatório colhido em Juízo – Link ID 29205026) Grifos do Relator Thiago Santos Rios: “(...) que na noite da prisão o interrogado estava dentro de casa; que a casa está alugada, sua mãe quem alugou; que moravam na sua casa, o interrogado, sua namorada, a filha da sua namorada e sua sobrinha, Alexa, que é namorada de Herbert; que Herbert chegou em sua casa pela manhã; que quatro horas da manhã ele chegou lá; que tinha vindo de uma festa mais Alexa, sua sobrinha; que o interrogado estava dentro de sua casa com a sua namorada e sua filha no momento em que os policiais chegaram; que sete e cinco da manhã, foi a hora em que estava tendo a batida na porta; (...) que a polícia entrou à procura de um tal de “Paiá” e um tal de Hilton, de Nossa Senhora da Vitória; que eles queriam que o interrogado e o Herbert dessem conta; que no momento em que eles estavam perguntando, que ele chegou para ele, falou com o policial Ricardo, que não tinha conhecimento desse cidadão; que nisso aí os policiais diziam cadê a arma e a droga; que o interrogado chegou e falou que não tinha nem arma e nem droga; que aí o policial chegou e começou a lhe torturar dizendo que queria conta de Paiá e de Hilton, porque tinham dado tiro nele; que mostrou a marca do tiro, a cicatriz; que não foi o policial que foi ouvido ali; que esse ainda não compareceu ali, não; (...) que os policiais querendo que eles dessem conta deles, dizendo que tinha ouvido denúncia de que esses elementos estavam dentro da casa; que o interrogado não conhece esses elementos; que nunca os viu; (...) que essa droga, no momento em que o policial entrou, que ele falou que queria conta de Paiá e Hilton, e eles disseram que não sabiam, que depois disso aí que ele partiu para a droga, dizendo que tinha droga e arma na casa; (...) começou a lhe torturar, abriu a sua teste, lhe deram um chute (mostra o local) e que desmaiou; que no momento os policiais estavam dizendo que iam matar o interrogado e o Herbert; (...) que os policiais pegaram a sua esposa, sua filha e a sua sobrinha e levaram para dentro de um quarto; ameaçando a sua esposa dizendo que se ela não afirmasse que tinha droga e arma na casa, que ia acionar o Conselho Tutelar, tirando a sua filha dela; que nisso aí, a população estava querendo invadir a casa devido ao espancamento que estava havendo no momento; que houve até disparo de tiros; (...) que chegou e deu um disparo de tiro no quarto; que depois o policial lhe deu uma botada no queixo, que o interrogado desmaiou; que quando acordou, já acordou com os gritos de Herbert; que

eles estavam querendo trazer Herbert para dentro do quarto dizendo que era para ver que o interrogado já tinha morrido e que era a vez de Herbert; que como a população estava querendo invadir para acabar com o torturamento indevido dentro da casa, foi na hora em que os policiais algemaram eles, desceu a escadaria e os colocou dentro da viatura; que a população chegou a perguntar aos policiais o motivo de estar os levando para a Delegacia e eles disseram que era trabalho de rotina, de averiguação; que vindo de encontro à Delegacia, eles levaram eles para o Módulo de Caíque; que eles entraram no Módulo do Caíque; que é aí que entra a PeFem; que a Pefem não estava no momento; quando a polícia entrou na casa, ela não estava; que ela está mentindo; (...) que ela teve posse dentro da viatura e dentro do Posto do Caíque; que ela acompanhou os policiais e chegou na Bela Vista, o Soldado Ricardo desceu da viatura e entrou em um terreno baldio; que não sabe onde o terreno baldio estava; que quando o policial veio em direção à viatura, já veio com uma sacola na mão; que o policial estava com a sacola em posse dele; que chegou na Delegacia, o interrogado estava dando o seu depoimento diante do escrivão, foi quando apareceu essa droga; (...) que na segunda feira de manhã, o interrogado estava se preparando para ir trabalhar, porque presta serviços na Sicom Construtora; que trabalha com Roque Lemos; (...) que na hora que estava se preparando para ir trabalhar que a guarnição, a viatura, invadiu a sua casa; que estava morando nessa casa tinha um mês já; que antes de lá, estava morando em Aracaju, Cristinápolis; (...) que ele estava na viatura junto com Herbert; que na hora da prisão, sim; que estavam o interrogado e Herbert dentro da casa; que estava Herbert e sua sobrinha juntos; que dormiram juntos lá; que em um terreno baldio, mas a casa ele não viu, porque eles estavam dentro de uma viatura; que estavam algemados dentro da viatura; que na hora em que o soldado Ricardo saiu e foi em direção ao terreno baldio; que o terreno baldio que tem ali, tem uma casa; que ele não pode afirmar se a casa de Ricardo ou se é de algum conhecido dele; (...) que a porta da casa do interrogado foi arrombada; que a porta era até de ferro; um portão; que a casa onde morava era a de cima; (...)” (Interrogatório colhido em Juízo – Link ID 29205026) Grifos do Relator

Observa-se, pois, que, em Juízo, os Apelantes confirmaram as informações prestadas na Delegacia (ID 168778000 – fls. 09 e 13), aduzindo que estavam no interior da residência, quando os policiais chegaram procurando por drogas e armas, porém nada de ilícito foi ali encontrado. Informaram, ainda, que no momento de suas prisões, foram agredidos fisicamente. A testemunha arrolada pela defesa, por sua vez, narrou os fatos da seguinte maneira: Vanusa Rocha Coutinho (Defesa): “(...) que Mambape foi onde os acusados foram presos; que mora próximo a eles; que a polícia teve na casa deles umas sete horas da manhã; sete e cinco, por aí; que ficaram do lado de fora da casa dos acusados; que eles foram agredidos muito pelos policiais; porque eram muitos gritos; que no momento em que eles foram agredidos foi juntando toda a população, que foi uma coisa mesmo extrema; que deu para visualizar sim que eles estavam com marca de sangue; que teve um que estava; que ela não se esquece; que aqui assim (mostra o lado esquerdo da testa); Thiago; (...) que revistaram e não acharam nada; que a depoente não observou se os policiais falaram alguma coisa porque estavam levando os acusados para a delegacia; mas não acharam nada; que quando a polícia chegou, a depoente estava do lado de fora; que os acusados estavam dentro de casa; certeza; que eles não chegaram a correr, não; que eles gritavam muito, muito mesmo; que de lá de dentro; que aí quando a população foi se juntando, muita gente mesmo, muita, que eles ouviam



gritos, que gritavam até pelo amor de Deus; (...) que a depoente nunca viu os acusados vendendo drogas lá; que inclusive, os via passando; que acha que os acusados estavam fazendo bico; que eles respeitavam as pessoas, davam bom dia; que a depoente não via movimento nenhum na casa lá, não; que tinha mais gente dentro de casa com os acusados; que tinha uma moça e uma criança, que parecia ser filha de um dos acusados; (...) que a casa era de um irmão lá, que foi alugada; que quem estava morando na casa era o rapaz, Thiago; que ele passava direto lá, fazendo bico, para trabalhar, tudo; que o outro era como ajudante dele, não morava na casa; que ela trabalha como cuidadora e via eles passarem; (...) que a polícia permaneceu lá na casa um tempinho; quase uma hora; que a depoente viu amenizar mais quando a população se juntou; que começou a gritar, fazer movimento; (...) que Herbert estava às sete e meia na casa de Thiago porque eles saíam juntos; que ele estava lá, dentro da casa, porque os gritos vieram de lá; que a depoente trabalha como cuidadora e ia chegando, porque trabalha à noite; (...) que sua casa é próxima a casa do acusado; que da porta de sua casa dá uns cinco a seis metros; que dá para ver a casa do acusado; que a depoente não viu quando Herbert chegou lá no dia; que viu que ele estava lá e gritava; todos os dois acusados gritavam; que não sabe se Herbert costuma dormir ali na casa de Thiago; (...)” (Declarações prestadas em Juízo – Link ID 29205026) Grifos do Relator Detalhadas as provas contidas nos autos, é possível extrair dos depoimentos dos policiais militares que, no momento em que realizavam ronda nas proximidades da residência do acusado Thiago, o avistaram, bem como a Herbert, parados no local, tendo estes, ao avistarem a guarnição policial, empreendido fuga para o interior do imóvel, momento em que foram perseguidos pelos agentes públicos, os quais, após adentrarem à residência, lograram êxito em flagrar um dos acusados tentando dispensar um saco contendo substâncias entorpecentes, no banheiro. Isto posto, ainda que se admita que a versão dos policiais seja verdadeira, sem maiores digressões, é possível observar que se trata de hipótese de violação de domicílio, eis que não houve justa causa prévia para que os agentes estatais adentrassem à supramencionada residência. Com efeito, o fato de os Apelantes terem corrido no momento em que avistaram a guarnição, de per si, não é justificativa idônea pra flexibilizar o direito à inviolabilidade de domicílio. Segundo dicção do artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal, “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.” No caso dos autos, não houve determinação judicial e não se pode falar em flagrante, pois a apreensão dos materiais ilícitos se deu apenas dentro da casa de um dos Apelantes. Embora o crime que lhes foi imputado seja classificado como permanente e, assim sendo, havendo uma situação de flagrância, legitimar-se-ia a atuação dos agentes estatais, o flagrante deve ser precedido de uma justa causa que autorize o ingresso dos policiais em domicílio. Ora, no caso dos autos, sem que tivesse havido a entrada na casa dos Apelantes, não haveria flagrância. Sobre o tema, em julgamento de Recurso Extraordinário Representativo de Controvérsia, o Supremo Tribunal Federal admitiu o ingresso forçado em residência em caso de flagrante, ressaltando que a flagrância de delito permanente se protraí no tempo. Contudo, também foi fixado, no julgamento, que o flagrante que legitima a entrada de domicílio não pode ser posterior à entrada e deve preceder de justa causa para a adoção da medida. Assim foi ementado o Acórdão em comento: “Recurso extraordinário representativo da controvérsia. Repercussão geral. 2.

Inviolabilidade de domicílio – art. 5º, XI, da CF. Busca e apreensão domiciliar sem mandado judicial em caso de crime permanente.

Possibilidade. A Constituição dispensa o mandado judicial para ingresso forçado em residência em caso de flagrante delito. No crime permanente, a situação de flagrância se protraí no tempo. 3. Período noturno. A cláusula que limita o ingresso ao período do dia é aplicável apenas aos casos em que a busca é determinada por ordem judicial. Nos demais casos – flagrante delito, desastre ou para prestar socorro – a Constituição não faz exigência quanto ao período do dia. 4. Controle judicial a posteriori. Necessidade de preservação da inviolabilidade domiciliar. Interpretação da Constituição. Proteção contra ingerências arbitrárias no domicílio. Muito embora o flagrante delito legitime o ingresso forçado em casa sem determinação judicial, a medida deve ser controlada judicialmente. A inexistência de controle judicial, ainda que posterior à execução da medida, esvaziaria o núcleo fundamental da garantia contra a inviolabilidade da casa (art. 5, XI, da CF) e deixaria de proteger contra ingerências arbitrárias no domicílio (Pacto de São José da Costa Rica, artigo 11, 2, e Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, artigo 17, 1). O controle judicial a posteriori decorre tanto da interpretação da Constituição, quanto da aplicação da proteção consagrada em tratados internacionais sobre direitos humanos incorporados ao ordenamento jurídico. Normas internacionais de caráter judicial que se incorporam à cláusula do devido processo legal. 5. Justa causa. A entrada forçada em domicílio, sem uma justificativa prévia conforme o direito, é arbitrária. Não será a constatação de situação de flagrância, posterior ao ingresso, que justificará a medida. Os agentes estatais devem demonstrar que havia elementos mínimos a caracterizar fundadas razões (justa causa) para a medida. 6. Fixada a interpretação de que a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados. 7. Caso concreto. Existência de fundadas razões para suspeitar de flagrante de tráfico de drogas. Negativa de provimento ao recurso.” (RE 603616, Relator (a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 05/11/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-093 DIVULG 09-05-2016 PUBLIC 10-05-2016) Grifos do Relator Acerca da possibilidade de haver violação de domicílio em caso de flagrante delito de crime permanente, ensina Aury Lopes Júnior: “ (...) O problema é: como a autoridade policial pode saber, antes de ingressar na residência, que lá havia, por exemplo, armas ilegais ou depósito de substâncias entorpecentes? Partindo disso, alguns setores da doutrina e da jurisprudência passaram a exigir que a polícia comprove de que forma soube, previamente, da ocorrência do crime permanente e, principalmente, que a situação de flagrância corresponda – efetivamente – à visibilidade do delito. Deve-se considerar que o flagrante corresponde à atualidade do crime, sua realização efetiva e visível naquele momento. Portanto, como ensina Carnelutti, a noção de flagrância está diretamente relacionada à 'chama que denota com certeza a combustão, quando se vê a chama, é indubitável que alguma coisa arde', é a possibilidade para uma pessoa de comprová-lo mediante a prova direta, é a visibilidade do delito. Assim, somente quando presente essa 'prévia visibilidade' é que está autorizada a busca domiciliar sem mandado judicial e legitimada pelo flagrante delito previsto no art. 5º, XI da CF. Nos demais casos, em que

não existe essa prévia visibilidade e apenas após o ingresso na residência é que a autoridade policial consegue buscar e encontrar a substância ou armas, é necessário o mandado judicial de busca e apreensão.” (Direito Processual Penal, – 18.ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.p. 574/575) No presente caso, a ida dos policiais à localidade, segundo teor das declarações prestadas pelos policiais Ricardo e Brenda, originou-se de ronda rotineira, em que pese o Soldado Edilson Oliveira ter asseverado que esta foi precedida de denúncias anônimas que davam conta de que dois elementos – um gordo e o outro negro e magro –, estariam traficando na região. Já na localidade, os indivíduos que se encontraram em frente a uma residência, ao avistarem a guarnição policial, empreenderam fuga, adentrando o referido imóvel, sendo perseguidos e abordados quando estavam dentro de casa. Resta saber se o fato de os Apelantes terem corrido configura a exigida justa causa para ingresso em domicílio e, a juízo deste Relator, não configura. Sobre a temática, é importante considerar que a questão da inviolabilidade de domicílio e o ingresso de policiais em residências em situação de crimes permanentes, principalmente de tráfico de drogas, vem sendo amplamente debatida, não apenas no meio social, mas no meio jurídico, sobretudo diante de inúmeras ações policiais que vêm sendo questionadas pelos acusados e por suas defesas técnicas. Com efeito, a abordagem dos Tribunais acerca do tema tem evoluído, para inadmitir determinadas práticas dos órgãos da persecução penal quando se incorre em violações de direitos fundamentais. Nesse contexto, já há vários julgados recentes do Superior Tribunal de Justiça invalidando ingressos em residências que teriam sido justificados em atitudes suspeitas do acusado, a exemplo de correr quando avistam policiais. Nesse sentido: PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. TRÁFICO DE DROGAS. VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO. FUGA DO AGENTE. FUNDADAS RAZÕES. NÃO OCORRÊNCIA. ILICITUDE DE PROVAS RECONHECIDA. ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO. AGRAVO DESPROVIDO.1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 603.616/R0, firmou entendimento no sentido de que "a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados" (Rel. Ministro GILMAR MENDES, julgado em 5/11/2015, DJe de 10/5/2016).2. Na hipótese, não se verifica a presença de justa causa necessária para legitimar o ingresso dos policiais na residência em questão, visto que, conforme se extrai do caderno processual, durante patrulhamento na localidade, os agentes avistaram o paciente, acompanhado dos corréus Anderson e Lucão, com comportamento supostamente suspeito, e, quando os acusados visualizaram a viatura, teriam corrido. Consoante relatado, o paciente teria fugido em direção a uma residência, razão pela qual os policiais decidiram adentrar no imóvel.3. Esta Corte já se manifestou que "A mera intuição acerca de eventual traficância praticada pelo paciente, embora pudesse autorizar abordagem policial, em via pública, para averiguação, não configura, por si só, justa causa a permitir o ingresso em seu domicílio, sem seu consentimento – que deve ser mínima e seguramente comprovado – e sem determinação judicial" (HC n. 415.332/SP, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 21/8/2018).4. Assim, a simples fuga do agente para o interior do imóvel, ao avistar os agentes de segurança, por si só, não configura justa causa suficiente para autorizar a mitigação do direito à inviolabilidade de domicílio.5. Constatada a

ilegalidade do ingresso dos policiais na residência em questão sem prévia autorização judicial, devem ser declaradas ilícitas as provas colhidas na operação, quais sejam, um tijolo de maconha de 514 e duas porções fracionadas da substância, uma de 5, 51g e a outra de 1,96g (e-STJ, fl. 72). Apoiada a condenação pela prática do delito descrito no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006 unicamente nas provas acima referenciadas, impõe-se a anulação da sentença condenatória e a absolvição do paciente, nos termos do art. 386, II, do Código de Processo Penal.6. Agravo regimental desprovido.(AgRg no HC n. 728.853/RS, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 21/6/2022, DJe de 29/6/2022.) Grifos do Relator RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. CORRUPÇÃO ATIVA. FLAGRANTE. VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO. OCORRÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. RECURSO PROVIDO. 1. "O ingresso regular em domicílio alheio, na linha de inúmeros precedentes dos Tribunais Superiores, depende, para sua validade e regularidade, da existência de fundadas razões (justa causa) que sinalizem para a possibilidade de mitigação do direito fundamental em questão. É dizer, apenas quando o contexto fático anterior à invasão permitir a conclusão acerca da ocorrência de crime no interior da residência – cuja urgência em sua cessação demande ação imediata – é que se mostra possível sacrificar o direito à inviolabilidade do domicílio" (HC 598.051/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, DJe 15/03/2021). 2. Consoante decidido no RE 603.616/R0, pelo Supremo Tribunal Federal, não é necessária a certeza em relação à ocorrência da prática delitiva para se admitir a entrada em domicílio, bastando que, em compasso com as provas produzidas, seja demonstrada a justa causa na adoção da medida, ante a existência de elementos concretos que apontem para o caso de flagrante delito. A propósito: HC 620.515/CE, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 08/02/2021; HC 612.579/BA, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 12/11/2020. 3. Na hipótese, a autoridade policial, em patrulhamento em local conhecido como ponto de drogas, deparando-se com uma barricada, removeu-a e adentrou em condomínio, avistando o recorrente que ao perceber a presença dos milicianos, empreendeu fuga adentrando em um bloco, dispensando uma sacola contendo cocaína. Os militares seguiram o agente que entrou em um apartamento e tentou impedir a entrada dos policiais, que conseguiram adentrar a residência, realizando as apreensões e a prisão do insurgente. 4. O simples fato de existir um obstáculo no portão do condomínio, bem como a fuga do agente durante a ação não são circunstâncias capazes de mitigar a garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio, presumindo-se a ocorrência de flagrante. 5. Recurso provido. Trancamento de ação penal n. 1501236-70.2021.8.26.0617 (art. 386, II e VII – CPP). Revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do recorrente, se por outro motivo não estiver preso. (RHC n. 160.271/SP, relator Ministro Olindo Menezes (Desembargador Convocado do TRF 1ª Região), Sexta Turma, julgado em 5/4/2022, DJe de 8/4/2022.) Grifos do Relator Saliente-se que, recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar Recurso Ordinário no Habeas Corpus de nº 165924/BA, interposto em face de acórdão exarado no bojo dos autos do Habeas Corpus nº 8026968-18.2020.8.05.0000, julgado por esta Segunda Turma Criminal na Sessão Ordinária realizada no dia 09/12/2021, reconheceu, monocraticamente, a ilicitude das provas obtidas por meio de invasão de domicílio, bem como das provas derivadas, com o consequente trancamento da Ação Penal n. 0000583-46.2019.8.05.0020, por ausência de justa causa, com relação a todos os denunciados, em observância ao artigo 580 do Código de

Processo Penal, nos seguintes termos: "(...) verifico que, na hipótese dos autos, constou do acórdão que julgou os embargos de declaração que, "após receberem denúncia anônima, lograram êxito em apreender no interior da residência da acusada Ana Carolina Silva dos Santos determinada quantidade de entorpecentes, tendo a mencionada acusada sido localizada na Rua José da Silva, nº 210, no bairro Eucalipto, em companhia de Maria Marta Santos de Sousa" (e-STJ fl. 456). Como visto, pela simples leitura do trecho acima transcrito, constata-se, nos termos do parecer ministerial, que a entrada na residência da corré Ana Carolina "foi precedida apenas por denúncia anônima, sem nenhuma outra diligência investigativa complementar que justificasse a entrada dos Agentes Policiais, sem mandado judicial, em sua residência" (e-STJ fl. 548). Tem-se, dessa forma, demonstrada a ilicitude do ingresso na residência da corré, contaminando, por consequência, as provas derivadas. Com efeito, "não se admite que a autoridade policial, apenas com base em delação anônima, sem a produção de elementos capazes de evidenciar fundadas suspeitas da prática delitiva, viole o direito constitucional à inviolabilidade do domicílio, conduzindo à ilicitude da prova colhida, bem como dela derivadas, nos termos do art. 157 do Código de Processo Penal (RHC n. 105.138/MS, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 10/4/2019)". (AgRg no HC n. 698.199/RS, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 14/6/2022, DJe de 20/6/2022.) (...) Ante o exposto, dou provimento ao recurso em habeas corpus, para reconhecer a ilicitude das provas obtidas por meio de invasão de domicílio, bem como das provas derivadas, com o consequente trancamento da Ação Penal n. 0000583-46.2019.8.05.0020, por ausência de justa causa, com relação a todos os denunciados, em observância ao art. 580 do Código de Processo Penal. Publique-se. (...)" (RHC n. 165.924, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 27/06/2022.) Grifos do Relator Dessa forma, ausente ordem judicial e estado de flagrância, por inexistência de justa causa prévia que justificasse o ingresso em domicílio, deve ser declarada, de ofício, a nulidade do feito. Imprescindível deixar registrado ser inolvidável que a atuação dos policiais é de suma relevância para a sociedade, sobretudo na atuação repressiva de crimes previstos na nº 11.343/2006. O ritmo de crescimento da criminalidade tem exigido maiores esforços estatais, seja para que o crime não aconteça, seja para que, ocorrendo, haja a punição devida. Nesse sentido, é logicamente aceitável e esperado que os órgãos imbuídos da persecução penal atuem com ênfase na investigação e na punição de crimes, mas essa atividade deve ser exercida em estrita observância às normas legais, sobretudo quando há em questão um direito fundamental, como é a proteção da inviolabilidade de domicílio. Dessa forma, sendo inválida a apreensão de 31 (trinta e uma) "buchas" da droga popularmente conhecida por "maconha", pesando 46,05 g (quarenta e seis gramas e cinco centigramas), 01 (uma) pedra da droga vulgarmente denominada "crack", derivada da cocaína, pesando 44,13 g (quarenta e quatro gramas e treze centigramas), 10 (dez) pedrinhas do mesmo entorpecente, pesando 1,55 g (um grama e cinquenta e cinco centigramas), além 04 (quatro) "petecas" contendo cocaína, pesando 1,34 g (um grama e trinta e quatro centigramas), pois advindos, repita-se, da violação de domicílio, inválida é toda a ação penal que dela decorreu, por força da incidência da Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada, ou mais claramente, da ilicitude de provas por derivação, conforme previsão do artigo 157, § 1º do Código de Processo Penal, in verbis: Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais. §

10. São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras. Segundo a referida teoria, o vício de uma prova transmite-se às que lhes são subseqüentes, pois, como o próprio nome da teoria sugere (assim como a literalidade do artigo 157, § 1º, do Código de Processo Penal), as provas que se sucedem são derivadas daquela ilicitamente obtida. E não se pode, no caso concreto, admitir que se está diante das exceções previstas no próprio artigo 157, eis que é de clareza solar a relação de derivação entre a entrada no domicílio e a apreensão dos entorpecentes supracitados. Sobre o tema, ensinam Nestor Távora e Rosmar Rodrigues Alencar: "(...) Por esta teoria, de origem na Suprema Corte norte-americana, a prova ilícita produzida (árvore), tem o condão de contaminar todas as provas dela decorrentes (frutos). Assim, diante de uma confissão obtida mediante tortura, prova embrionariamente ilícita, cujas informações deram margem a uma busca e apreensão formalmente íntegra, é imperioso reconhecer que esta busca e apreensão está contaminada, pois decorreu de uma prova ilícita. Existindo prova ilícita, as demais provas dela derivadas, mesmo que formalmente perfeitas, estarão maculadas no seu nascedouro. (...) "(Processo Penal Didático – 4.Ed. – Salvador: Editor JusPodivm, 2021, p. 573) Em julgado que debateu o tema, assim se pronunciou a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça: "HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. TRÁFICO DE DROGAS, PORTE ILEGAL DE ARMA E ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO. PROTEÇÃO DO DOMICÍLIO (ART. 5º, XI, DA CF). ATUAÇÃO DE POLICIAIS COM BASE EM DENÚNCIA ANÔNIMA. IMPOSSIBILIDADE. ILICITUDE DA PROVA. DESAPARECIMENTO DA MATERIALIDADE DELITIVA. NULIDADE DE TODO O ACERVO PROBATÓRIO. "FRUTO DA ÁRVORE ENVENENADA". ABSOLVIÇÃO DO PACIENTE. (...) 2. O Supremo Tribunal Federal definiu, em repercussão geral, que o ingresso forçado em domicílio sem mandado judicial apenas se revela legítimo – a qualquer hora do dia, inclusive durante o período noturno – quando amparado em fundadas razões, devidamente justificadas pelas circunstâncias do caso concreto, que indiquem estar ocorrendo, no interior da casa, situação de flagrante delito (RE n. 603.616/R0, Rel. Ministro Gilmar Mendes, DJe 8/10/2010). (Resp 1498689/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018) 3. O ingresso regular em domicílio alheio depende, para sua validade e regularidade, da existência de fundadas razões (justa causa) que sinalizem para a possibilidade de mitigação do direito fundamental em questão. É dizer, somente quando o contexto fático anterior à invasão permitir a conclusão acerca da ocorrência de crime no interior da residência é que se mostra possível sacrificar o direito à inviolabilidade do domicílio. 4. No caso, os próprios policiais afirmaram, em depoimento na delegacia, que adentraram na residência em razão de uma denúncia anônima acerca de crime de tráfico de drogas e porte de armas, ficando claro que não houve qualquer investigação preliminar à invasão, para confirmar a autoria e a materialidade delitiva, o que nulifica a prova produzida. 5. Ninguém pode ser investigado, denunciado ou condenado com base, unicamente, em provas ilícitas, quer se trate de ilicitude originária, quer se cuide de ilicitude por derivação. Qualquer novo dado probatório, ainda que produzido, de modo válido, em momento subseqüente, não pode apoiar-se, não pode ter fundamento causal nem derivar de prova comprometida pela mácula da ilicitude originária. – A exclusão da prova originariamente ilícita – ou daquela afetada pelo vício da ilicitude por derivação – representa um

dos meios mais expressivos destinados a conferir efetividade à garantia do "due process of law" e a tornar mais intensa, pelo banimento da prova ilicitamente obtida, a tutela constitucional que preserva os direitos e prerrogativas que assistem a qualquer acusado em sede processual penal. Doutrina. Precedentes. A doutrina da ilicitude por derivação (teoria dos "frutos da árvore envenenada") repudia, por constitucionalmente inadmissíveis, os meios probatórios, que, não obstante produzidos, validamente, em momento ulterior, acham-se afetados, no entanto, pelo vício (gravíssimo) da ilicitude originária, que a eles se transmite, contaminando-os, por efeito de repercussão causal. Hipótese em que os novos dados probatórios somente foram conhecidos, pelo Poder Público, em razão de anterior transgressão praticada, originariamente, pelos agentes da persecução penal, que desrespeitaram a garantia constitucional da inviolabilidade domiciliar. – Revelam-se inadmissíveis, desse modo, em decorrência da ilicitude por derivação, os elementos probatórios a que os órgãos da persecução penal somente tiveram acesso em razão da prova originariamente ilícita, obtida como resultado da transgressão, por agentes estatais, de direitos e garantias constitucionais e legais, cuja eficácia condicionante, no plano do ordenamento positivo brasileiro, traduz significativa limitação de ordem jurídica ao poder do Estado em face dos cidadãos. (RHC 90376/STF, Relator Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 03/04/2007, DJe de 18/05/2007) 6. Assim, uma vez eivada de ilicitude a entrada em domicílio, por agente público, a prova da materialidade de todos os crimes ora imputados ao paciente – tráfico de drogas, associação e porte ilegal de arma – constitui-se também em ilícita, ou seja, a apreensão de tóxicos, armas e outros objetos deve ser desconsiderada, bem como todos os demais meios de prova contaminados/derivados. 7. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para declarar nulo o processo e absolver o paciente de todos os crimes a que fora condenado nos autos da Ação Penal nº 0018782-52.2016.8.19.0014 (2ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes)." (HC 442.363/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 05/09/2018) – Grifos do Relator Assim, deve ser reconhecido de que a atuação dos policiais, na busca e apreensão realizada na residência, foi ilegal, por ter havido violação de domicílio. Do Prequestionamento A defesa do Apelante prequestionou, para fins de eventual interposição de Recurso Especial e/ou Extraordinário, a contrariedade da sentença recorrida aos seguintes artigos: 33, caput, da Lei nº 11.343/2006; 386, incisos V e VII, do Código de Processo Penal; e, 5º, incisos LXXIV, LIV, LV e LVII, da Constituição Federal. Consoante entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, o pronunciamento explícito acerca das matérias argüidas para fins de prequestionamento se mostra desnecessário. Veja-se: PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 158 DO CP. SÚMULA 211/STJ. CONTRARIEDADE AO ART. 17 DO CP. INOVAÇÃO RECURSAL. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. No que tange à alegada ofensa ao art. 158 do Código Penal, sob o argumento de que é imprescindível a realização de perícia para a caracterização do crime tipificado no art. 304 do Código Penal, verifica-se que, a despeito da oposição dos embargos de declaração, essa matéria não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido, o que atrai a incidência do óbice da Súmula 211/STJ, in verbis: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo". 2. Consoante o entendimento consolidado nesta Corte

Superior, "o prequestionamento não exige que haja menção expressa dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados, entretanto, é imprescindível que no aresto recorrido a questão tenha sido discutida e decidida fundamentadamente, sob pena de não preenchimento do requisito do prequestionamento, indispensável para o conhecimento do recurso" (AgInt no REsp 1.848.956/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 31/8/2020, DJe 3/9/2020). (...) 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 1726251 / RJ AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL 2020/0168757-4, Relator (a) Ministro RIBEIRO DANTAS, Órgão Julgador T5 – QUINTA TURMA Data do Julgamento 09/03/2021 Data da Publicação/Fonte DJe 15/03/2021) Grifos do Relator AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PENAL. CALÚNIA E INJÚRIA CONTRA MAGISTRADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO: SÚMULAS NS. 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DECISÃO FUNDAMENTADA. DOLO ESPECÍFICO: NECESSIDADE DE ANÁLISE DE PROVAS. SÚMULA N. 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DEMONSTRAÇÃO DAS RAZÕES DE CONVENCIMENTO DO JULGADOR. DESNECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO SOBRE TODOS OS ARGUMENTOS EXPOSTOS NO RECURSO. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO INC. IX DO ART. 93 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRECEDENTES. DOSIMETRIA DA PENA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. AGRADO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (RE 1221364 AgR, Órgão Julgador: Segunda Turma, Relatora Min. Carmen Lúcia, Julgamento: 06/12/2019, Publicação 18/12/2019). Grifos do Relator Devidamente efetuada a escorreita análise e aplicação dos dispositivos legais necessários e atinentes à espécie, despicienda revela-se (neste julgamento) a menção expressa da adequação da sentença recorrida a cada um dos dispositivos supracitados, para fins de prequestionamento e eventual interposição de recurso às instâncias superiores. Pelas razões aludidas, o voto é pelo conhecimento e prejudicialidade dos presentes recursos de apelação, absolvendo, de ofício, os Apelantes Herbert Pereira da Silva e Thiago da Silva Rios, nos termos do artigo 386, inciso II, do Código de Processo Penal, por ter havido violação de domicílio nas suas prisões flagranciais. Ex positis, acolhe esta Segunda Turma Julgadora da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia o voto, através do qual se CONHECE E JULGA PREJUDICADOS OS APELOS, absolvendo-se, de ofício, os Apelantes Herbert Pereira da Silva e Thiago da Silva Rios, nos termos do artigo 386, inciso II, do Código de Processo Penal, haja vista que as suas prisões flagranciais foram realizadas mediante violação de domicílio . Sala das Sessões, (data registrada no sistema no momento da prática do ato). DES. JOÃO BÔSCO DE OLIVEIRA SEIXAS Segunda Câmara Criminal – Segunda Turma Relator 11